

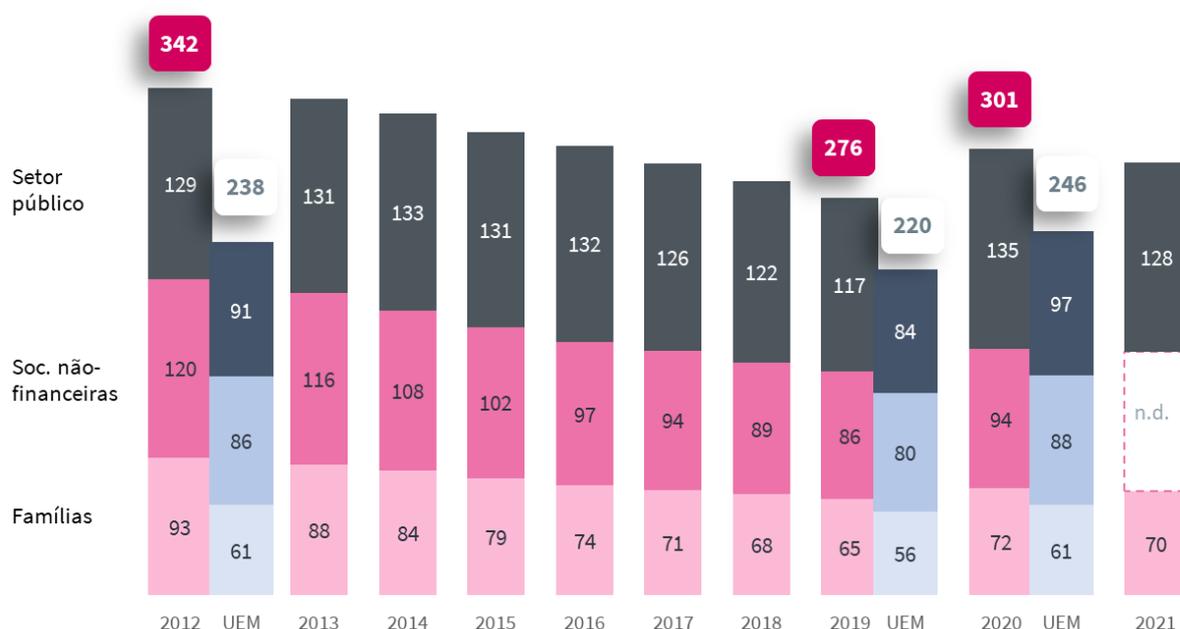
Boa tarde,

Depois do que já foi dito ao longo da conferência, optei por partilhar convosco o que considero serem os quatro principais riscos que podem afetar o financiamento e o crescimento da economia portuguesa.

Vou assim de forma telegráfica abordar quatro temas: Endividamento; Alterações Climáticas; Invasão da Ucrânia e Cibersegurança. Qualquer destes temas esgotaria uma conferência, pelo que vou apenas salientar a importância dos mesmos no contexto do financiamento do crescimento.

Começo por um tema que é bem conhecido, o elevado endividamento da economia portuguesa. Sendo bem conhecido, nem sempre me parece bem ponderado no momento de se planear o futuro.

Refiro-me à evolução da dívida (em percentagem do PIB), com início de 2012 (crise das dívidas soberanas) até ao momento atual:



Destaco que em 2012 a dívida total (Setor Público, Sociedades não-financeiras, Famílias) em percentagem do PIB era de 342% em Portugal v.s. 238% na média da União Económica Monetária (UEM). Uma situação profundamente desequilibrada, que não só condiciona o crescimento como nos torna altamente vulneráveis a eventos pontuais, alterações de contexto e às vontades externas.

De lá para cá uma evolução positiva, só interrompida pela pandemia. Chegámos ao final de 2020 com 301% v.s. 246% da UEM

Atente-se nas evoluções:

Sociedades não-financeiras (Empresas por simplificação): de 120% para 86% em 2019, antes da pandemia, e para 94% em 2020. Redução de 34 p.p, notável; na UEM essa redução foi de apenas 6 p.p. Mérito dos empresários.

No endividamento das famílias a evolução é igualmente notável. Não me parece sequer atualmente ser tema que mereça especial atenção, nem em termos absolutos nem comparativamente à UEM; obviamente, melhor, infelizmente há situações específicas preocupantes.

Setor público: redução relevante, mas manifestamente insuficiente. De 129% para 117% em 2019, ou seja, menos 12 pp (compare-se com os menos 34 p.p. das empresas). Uma diferença face à média da UEM de 33p.p; nas empresas apenas 6 p.p.

Com os efeitos da pandemia e não obstante o facto de em Portugal as moratórias bancárias (relevante contributo do sistema financeiro, saliente-se) terem assumido um papel determinante, o setor público passou para 135%, tendo-se agravado o diferencial face à média da UEM. Felizmente os valores de 2021 demonstram já uma evolução favorável.

Concluo o ponto salientando três aspetos:

- é imperativo para o crescimento económico sustentado reduzir com intensidade a dívida pública em percentagem do PIB;
- reafirmo que com o atual nível de dívida pública estamos muito expostos a eventos externos (muito vulneráveis e dependentes de terceiros);
- Recordo o óbvio: o valor do rácio também se corrige por via do crescimento do PIB, mas tal requer incentivos que:
 - (i) fomentem a inovação;
 - (ii) estimulem a capacidade das empresas portuguesas serem competitivas no mercado global e digital (falo de menores custos de contexto, com destaque para fiscalidade, mercado de trabalho, celeridade processual, entre outros);
 - (iii) Incentivos que promovam a atração, o desenvolvimento e a retenção de talento nas áreas do saber que são vitais para a afirmação das empresas em mercados mais globais e digitais.

O segundo risco que quero destacar é o ambiental. Há muitas perspetivas. Partilho a que perceciono a partir do meu posto de observação:

- há hoje um razoável consenso que os fenómenos climáticos extremos são cada vez mais intensos e frequentes.
- Na maioria das análises os riscos mapeados partem da atual pressão sobre o planeta, do que consumimos hoje, e perspetivam as reduções necessárias para não comprometermos o futuro das novas gerações.

Creio que estamos a ser demasiado otimistas, pois a pressão atual não considera que há aspetos que temos de corrigir. Destaco para reflexão:

- Quase mil milhões de pessoas a viver com menos de 2 euros por dia;
- mil milhões de pessoas sem acesso a eletricidade;
- 10% da população mundial ainda subnutrida.

Não haverá estabilidade enquanto persistir a exclusão de parte substancial da população no acesso a uma vida digna. Não é um tema distante, é um tema presente; é nosso, até por razões económicas (não seria necessário, pois bastaria a ética). Estes desequilíbrios condicionam de múltiplas formas o crescimento.

Quero destacar que num momento em que vivemos um ciclo de fragmentação geopolítica, é vital manter pontes de diálogo e de inclusão entre os diversos blocos.

O desafio ambiental não tem qualquer hipótese de ser resolvido sem cooperação à escala global.

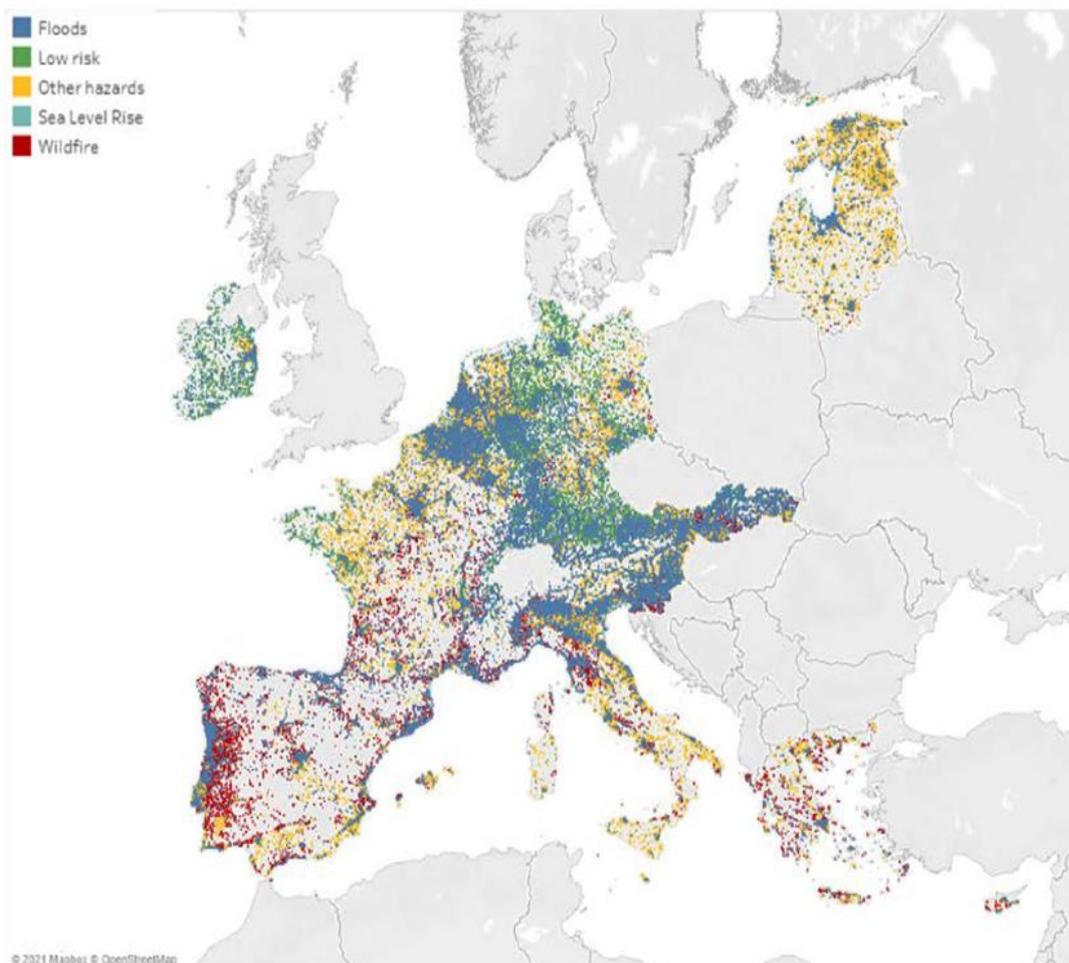
Se Portugal for absolutamente exemplar na atuação climática, e um, apenas um dos cinco principais emissores não fizer o seu caminho para a transição energética, o resultado será que o nosso esforço valerá zero, totalmente inútil. Os cinco principais emissores de CO₂ representam mais de metade das emissões globais de gases com efeitos de estufa.

Podemos ser tentados a concluir que se a importância do nosso contributo à escala global é numericamente irrelevante, ficamos fora dos holofotes e poderemos estar descansados. Totalmente errado.

Todos os grandes eventos têm impactos diretos e indiretos. Um exemplo relevante dos impactos indiretos resulta da avaliação e consequências da forma como fomos percebidos pelos diversos *stakeholders*.

O BCE efetuou um teste de stress climático que envolveu mais de 4 milhões de empresas e 1.600 bancos da zona Euro. Estes gráficos desse exercício ilustram bem o que acabei de referir.

Physical risk: intensity and sources across European regions

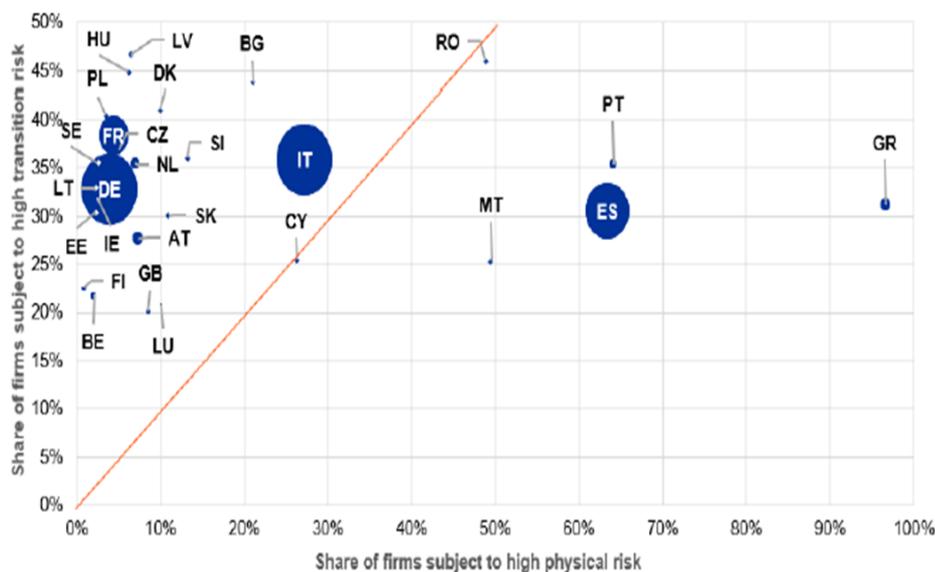


Source: ECB calculations based on Four Twenty Seven data (2018).

Notes: Physical-risk scores are forward-looking and reflect the intensity and magnitude of natural catastrophes over a 30-year horizon. The data – which are provided at address level – have been aggregated and averaged at NUTS3 level for the purpose of this chart. Of the seven risk categories available, only three are included in the framework for the ECB climate stress test, namely wildfire, flooding and sea level rise. This is due to the fact that the other categories are assumed to affect the economy as a whole, while the selected categories can have an impact at a more granular level, i.e. on individual firms (heat stress, water shortage, hurricanes and earthquakes will have large-scale effects, while wildfire will only affect the specific area in which a firm is located).

Share of firms exposed to physical versus transition risk by country

(percentages)



Observa-se que Portugal se destaca pela mancha intensa de riscos físicos, quer ao nível dos fogos quer ao nível das cheias, quer ao nível de outros eventos climáticos.

Aparecemos ao nível dos riscos físicos como *outlier*, pela negativa, a par da Espanha e só superados pela Grécia.

Nos riscos de transição aparecemos mal, mas não muito desalinados.

Parece-me obvio que esta perceção terá implicações para os Bancos, mas também e sobretudo para as empresas, pois as exigências vão materializar-se, direta ou indiretamente, caso nada seja feito, na dificuldade de acesso ao crédito e no agravamento dos custos de financiamento.

Creio que parte substancial deste problema resulta do mapeamento utilizado. Uma malha larga, i.e. pouco detalhe, acaba por prejudicar a avaliação de muitas empresas por estarem numa mesma região (nós sabemos que os riscos não são iguais em toda a região; os modelos de previsão só ponderam a informação que os alimenta, pelo que a qualidade e granularidade da informação é da maior relevância).

A criação de uma base de dados nacional, oficial, que expresse com detalhe, malha fina, a intensidade do risco físico de cada empresa em concreto parece-me ser urgente e deveria ser considerada pelo Governo no âmbito da alocação dos Fundos do PRR.

A utilização eficiente, transformativa, dos 61 mil milhões de Euros dos Fundos Europeus é absolutamente crítica, sendo necessária uma visão abrangente dos investimentos que podem efetivamente melhorar a competitividade das empresas e endereçar os desafios das alterações climáticas.

Sinceramente creio que já não é o momento de discutir se o plano é bom ou não. É tempo de implementar com rigor e transparência e, como sempre, monitorizar durante a execução e corrigir o que houver a corrigir se e quando se perceber que alguma das linhas de orientação é ou se tornou errada.

O BCP está fortemente comprometido a apoiar as empresas na identificação das oportunidades e no acesso aos Fundos Europeus, tendo complementado a sua oferta com um conjunto abrangente de linhas protocoladas com o BEI e FEI.

Sobre a invasão da Ucrânia, vou-me cingir ao secundário; o primário é a tragédia humana a que todos assistimos. Foco-me apenas nas implicações no crescimento económico.

Começo por destacar que ao contrário da crise pandémica, em que as primeiras análises eram de catástrofe, mas que, por via da ciência (vacinas), da atuação dos profissionais de saúde, exemplares, dos apoios de Estado e das moratórias dos Bancos, assistimos a que a cada nova projeção o cenário se tornava mais otimista. Os resultados, apesar de maus, não foram a tragédia inicialmente anunciada.

No caso desta crise, dos impactos desta guerra, temo que seja o contrário: que as primeiras projeções sejam de um efeito moderado na economia, mas que a cada nova projeção o cenário seja mais gravoso. A cada dia que passa sem se alcançar a paz, os impactos na economia crescem de forma exponencial.

A Europa depende em matéria de energia fortemente da Rússia. As importações de gás natural da Rússia são atualmente superiores ao que eram em 2015 e representam cerca de 40% do consumo.

Portugal tem uma forte dependência energética do exterior. Felizmente não dependemos muito da Rússia: cerca de 4% das importações de petróleo e gás. Beneficiamos também do relevante investimento efetuado na área das renováveis. 67% da produção elétrica em Portugal tem origem em renováveis.

Mas são por demais evidentes os impactos da subida dos preços da energia na competitividade, diria mesmo na viabilidade de inúmeras empresas portuguesas.

É imperativo desenhar apoios pontuais do Estado que protejam o tecido empresarial desta situação conjuntural que consubstancia uma falha de mercado.

Mas tudo isto joga com o tema da dívida pública, estaríamos certamente melhor, mais resilientes, se tivéssemos capacidade financeira, contas públicas equilibradas e saudáveis, para suportar estes choques.

Destaco ainda que em termos de comércio externo com os países diretamente afetados, os impactos não são significativos à escala macro. Haverá obviamente algumas empresas seriamente afetadas, mas os impactos macroeconómicos de primeira ordem são pouco relevantes.

Já não irrelevantes, são mesmo muito relevantes, os impactos de segunda ordem: inflação, alterações na política monetária, agravamento dos custos de financiamento, perturbações nas cadeias logísticas, aumento do risco país resultante do efeito das eventuais medidas de apoio nas contas públicas.

Os impactos de segunda ordem serão mais intensos não necessariamente nos países comercialmente mais expostos, mas sim, seguramente, nos países financeiramente mais vulneráveis, como é o caso de Portugal.

O quarto risco que pretendo destacar tem a ver com a cibersegurança.

É um tema cada vez mais relevante numa economia global e digital.

Trata-se de um risco que tem implicações a vários níveis para as empresas. Destaco dois: o primeiro nível são as consequências diretas dos ataques, os custos decorrentes das perturbações nos modelos e processos de negócio.

Um segundo nível, também muito importante, cada vez mais importante, é na avaliação que os Bancos e os Fornecedores fazem do risco de crédito concedido a cada empresa em concreto, bem como o potencial incremento nos custos de financiamento resultantes da intensidade desse risco. Poderia acrescentar o risco de exclusão de redes de colaboração, produção e distribuição.

As empresas podem ser inovadoras, dominar mercados e processos de produção, mas se forem muito vulneráveis em termos de cibersegurança, o fator determinante na análise do risco de crédito vai ser essa vulnerabilidade.

Este impacto é relativamente novo e veio para ficar.

Os dados relativos ao setor financeiro não são difíceis de extrapolar para o setor empresarial. Um estudo da Accenture evidencia que só num ano o número de ataques cresceu 162% na amostra de instituições abrangidas.

São já muitos os casos conhecidos de ataques bem-sucedidos a organizações bem preparadas.

O que quero evidenciar é que o crescimento não é suficiente, é preciso resiliência e robustez para lidar com contextos complexos e em permanente evolução.

Temos de partir do pressuposto que um ataque bem-sucedido será uma inevitabilidade. Pensar em proteção é indispensável, mas já não é suficiente. É mandatário dispor de um plano de gestão de crise bem estruturado. Temos de saber identificar com precisão e rapidez a origem e os impactos. Temos de ser capazes de promover a recuperação dos sistemas perante um cenário totalmente destrutivo da infraestrutura em operação.

Não é um tema de grandes empresas. Esta resiliência é vital também para as PMEs.

Concluo salientando que no BCP temos bem presente que o nosso sucesso depende do sucesso dos nossos Clientes, pelo que estamos empenhados em colaborar ativamente com as empresas na gestão dos riscos referidos.

Pretendemos assumir um papel de destaque ao nível da disseminação da informação, do acelerar da inovação e do financiamento da adaptação.

Sabemos da responsabilidade que nos compete. Estamos confiantes que os Clientes na hora de adjudicarem o crédito terão em conta o valor que criamos.

A confiança que estamos a conquistar ficou bem patente na liderança alcançada pelo BCP na colocação das linhas com apoio do Estado, na forma como tratámos as moratórias, no reconhecimento pela DATA E do BCP como melhor Banco de Empresas.

A economia portuguesa pode contar com o Banco Comercial Português.